

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO XX
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A
MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX - UF.**

Processo nº

FULANO DE TAL, devidamente qualificado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio da Defensoria Pública do Distrito Federal, irresignado com a respeitável sentença condenatória, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO**, cujas razões seguem em anexo. Requer sejam recebidas e remetidas ao E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para devido processamento.

Termos em que, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

Defensor Público

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

Colenda Turma,

Douto(a) Relator(a),

Ilustre Procurador(a) de Justiça.

RAZÕES DE APELAÇÃO

FULANO DE TAL foi condenado pela suposta prática do delito previsto no artigo 129, §9º, do Código Penal à pena de 03 meses de detenção para início de cumprimento em regime aberto (fls. 75/82).

Constou na denúncia (fls. 02/02A) que o apelante, DATA, HORÁRIO, ENDEREÇO, XXXXXXX-UF, de forma livre e consciente, teria injuriado a vítima **FULANA DE TAL**, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro, consistindo a injúria em vias de fato e violência aviltante em razão da natureza e do meio empregado, e ainda, na mesma ocasião, teria também, com a intenção de lesionar, ofendido a integridade corporal da vítima **FULANA DE TAL**, sua ex-companheira, causando-lhe as lesões descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito de fls. 11/12, prevalecendo-se de relações íntimas de afeto, com violência contra a mulher, na forma da lei.

O Laudo de Exame de Corpo de Delito nº 14108/18 realmente foi juntado às fls. 11/12.

A denúncia foi recebida em DATA (fl. 38). O apelante foi citado (fl. 57) e apresentou resposta à acusação às fls. 59/60.

Na audiência de instrução e julgamento foi ouvida **FULANA DE TAL** (fl. 72). Durante seu interrogatório, o ora apelante confessou a prática do delito aqui tratado (fl. 73).

Em alegações finais, o Ministério Público requereu a procedência da pretensão punitiva porque, em síntese, a vítima, a

testemunha e o réu teriam confirmado os fatos narrados na denúncia. A Defesa, ao seu tempo, requereu a absolvição pelo delito de injúria e o reconhecimento da confissão espontânea do réu.

Ao final, a pretensão punitiva foi julgada parcialmente procedente para condenar o ora apelante apenas pelo delito de lesão corporal, conforme a r. sentença de fls. 75/82.

É o relatório do necessário.

Com o devido respeito à MM. Juíza “a quo”, a r. sentença condenatória merece reforma.

Observo, inicialmente, que a confissão fora utilizada na r. sentença condenatória para a formação da convicção do juízo condenatório, mas não foi adequadamente sopesada quando da fixação da pena.

É assim que, embora reconhecida, a confissão não trouxe qualquer redução da pena. Confira-se:

“(…) Ademais, verifico a presença da circunstância atenuante da confissão espontânea, todavia deixo de aplicá-la em face da impossibilidade de redução da pena-base abaixo do mínimo legal, a teor do disposto na Súmula 231 do STJ.” (fl. 80)

É fácil constatar que a confissão auxilia na pesquisa do fato investigado e de todas as suas circunstâncias, alivia a sobrecarga dos os órgãos incumbidos de tal mister; serve como fundamento da decisão judicial condenatória, dando ao julgador certeza moral e reduzindo eventual erro judiciário; e para a vítima, diante da assunção de culpa pelo acusado, lhe traz certa pacificação.

Assim, pode-se verificar tamanha relevância da confissão à justiça, mas tal fato não vem sendo reconhecido nem pelo Judiciário, que desproporcionalmente beneficia mais o “traidor”, pelo instituto da delação premiada, de base ética amplamente reprovada pela doutrina, do que aquele que delata a si próprio, merecendo este apenas uma atenuante genérica, que se traduz em poucos meses, quando não, em dias. Nesse

sentido:

“A nosso ver, a confissão deveria ser melhor tratada pelo legislador mesmo porque, da maneira como se encontra disciplinada (uma mera circunstância atenuante que, na opinião da jurisprudência majoritária, não permite a redução da pena abaixo do mínimo) traz, na prática, nenhum ou quase nenhum benefício ao acusado. Acreditamos que seria salutar para o próprio sistema que a confissão fosse tratada, em eventual e futura reformulação legislativa, como uma causa geral de diminuição de pena, reduzindo-a, por exemplo, de um sexto a um terço.” (Celso Delmanto [et al]. Código penal comentado. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 216).

Logo, diante da máxima onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de direito, merece o mesmo prêmio do delator, certamente até mais, aquele que responsabiliza a si próprio pela autoria dos fatos apurados, devendo eventual pena a ser imposta ao réu sofrer a minoração de 2/3, em analogia aos dispositivos previstos no art. 41 da Lei n.º 11.343/06, art. 16, parágrafo único, da Lei 8.137/90, art. 25, § 2º, da Lei n.º 7.492/86 e § 4º, art. 159, do CP.

É inegável a similitude das hipóteses, não sendo razoável que a delação seja premiada só em casos determinados e muito mais graves:

“Vale lembrar que essa ‘delação premiada’ é também uma confissão e, do ponto de vista psicológico, considerando a percepção ordinária dos juízes, será tratada dessa maneira. É possível, portanto, traçar um paralelo entre a delação premiada e a confissão e recordar a remissão de Hélio de Bastos Tornaghi, sobre a confissão, no sentido de que ‘é sumamente tranquilizador... ouvir dos lábios do réu (delator) uma narrativa convincente do fato criminoso, com a declaração de havê-lo praticado’. Acrescenta o processualista que ‘isso, aliás, acontece a qualquer homem normal’ (PRADO, Geraldo. Da delação premiada: aspectos de direito processual. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.13, n.159, p. 10-12, fev. 2006).

Desse modo, a melhor jurisprudência já vem reparando tamanho despropósito, em sua relevante função de readequação normativa, direcionando no mesmo caminho justiça, direito e realidade:

“ASSALTO. Atenuante da confissão pode baixar a pena a quem do mínimo abstratizado: aplicação analógica do benefício concedido ao delator. Declaração de voto. Apelo parcialmente provido. Extinção da punibilidade pela prescrição.” (Apelação Crime Nº 70000741223, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Alçada do RS, Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 21/08/1996 – grifo nosso).

Diante do exposto, requer-se o recebimento e provimento do presente recurso para que a pena ao final imputada a **FULANO DE TAL** seja minorada em 2/3 em face desua confissão.

Pede deferimento.

LOCAL E DATA.

Defensor Público